

A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CHILENA NA UNASUL E NO CDS (2008–2015).

LUCAS DE OLIVEIRA RAMOS¹; FERNANDA DE MOURA FERNANDES²

¹*Curso de Relações Internacionais - Centro de Integração do Mercosul - Universidade Federal de Pelotas – lucasoliveiramos@gmail.com*

²*Curso de Relações Internacionais - Centro de Integração do Mercosul - Universidade Federal de Pelotas – fernandamestrel@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa compreende analisar a evolução da atuação do Estado chileno nos órgãos de cooperação multilateral da região sul-americana. De forma específica, pretende observar a formação e participação chilena nos processos de formação e consolidação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), no período de 2008 a 2015. O interesse pelo objeto surge da baixa produção brasileira em matéria de segurança e defesa, da alta concentração no atlântico norte e, principalmente, do baixo número de estudos de países em matéria de defesa. Ressalta-se que a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa “Política externa e relações regionais do Cone Sul”, que busca agregar novas perspectivas analíticas aos estudos em História das Relações Internacionais do Brasil, que atribuíam significativa relevância às relações regionais.

O Chile manteve-se, historicamente, reticente quanto à projetos de cooperação política e de segurança e defesa interestatal da região sul-americana, desligando-se do Pacto Andino ainda em 1976, limitando-se à participação como membro associado do MERCOSUL somente em 1996, priorizando acordos bilaterais de livre-comércio com os Estados Unidos (2003), China (2005), Peru (2006) e o estabelecimento da Aliança do Pacífico (2011). (PECEQUILO, 2015)

Porém, a posse de Michelle Bachelet Jeria (2006–2010), eleita pelo Partido Socialista do Chile, identificado com a esquerda do espectro político-ideológico (QUIROGA, 2008), foi encarada como o início de um projeto de política externa não mais centralizado na liberalização do comércio exterior, mas na busca pelo aprofundamento da cooperação política com os vizinhos, fato que se verifica em sua decisiva participação nos processos de criação da UNASUL, sendo ela a primeira presidente *pro tempore* da organização e especialmente do Conselho de Defesa Sul-Americano — órgão de promoção da cooperação no setor de defesa no âmbito da UNASUL — criado em 2008.

Por sua vez, o sucessor de Bachelet, Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique (2010–2014), eleito pelo partido Renovação Nacional, identificado como centro-direita do espectro político-ideológico (CASTIGLIONI, 2010), apesar das ponderações acerca da sua política externa — especialmente o retorno das tradicionais diretrizes de política externa calcada na busca de parcerias comerciais bilaterais, evitando vínculos integracionistas — segundo PECEQUILO (idem), o presidente seguiu a agenda de promoção da cooperação sul-americana implementada pela sua antecessora, cooperando tanto nos temas de integração político-institucional, quanto econômica — apesar de priorizar a Aliança do Pacífico — e nos temas de segurança e defesa.

A partir do exposto, observando os governos de Michelle Bachelet e Sebastián Piñera (2005–2010; 2010–2015), no que se refere à promoção da cooperação

regional no âmbito da UNASUL, o trabalho observará como se deu a evolução da atuação do Estado chileno, bem como de seus interesses, nos debates e nas decisões sobre segurança e defesa regional no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Para orientar este trabalho, será utilizado o aparato teórico construtivista das Relações Internacionais, que define a cooperação conforme Emanuel Adler (1999), instituições como a UNASUL e seus órgãos são constituídos a partir de relações intersubjetivas, realizadas de tal maneira a fim de que se evite conflitos entre os Estados. Desse modo, organizações internacionais são capazes de moldar a prática dos Estados, atuando na dualidade agente/estrutura, bem como construindo interesses e identidades, sendo esta última também socialmente construída. Por sua vez, utilizando do “Complexo Regional de Segurança” (CRS) de Buzan e Weaver (2003), é que se define os conceitos de segurança e defesa deste estudo. Os CRS, segundos os autores, são “áreas geográficas nas quais os processos de securitização [ato político dos tomadores de decisão onde eles decidem que um tema deva ser tratado como uma ameaça à segurança] e dessecuritização [saída de um determinado tema da área de segurança] dos atores é de tal maneira interligado que não há como sua segurança individual ser considerada de maneira separada da dos demais vizinhos” (BUZAN, WEAVER. 2003, p.44) e é nesse esforço em que o Conselho de Defesa Sul-Americano mais se encaixa. Compartilhando os países de uma mesma identidade sul-americana e compartilhando, também, das mesmas ameaças, sobremaneira endógenas, os países decidiram por criar o CDS, afim de que se trate conjuntamente as ameaças que afetam o subcontinente.

2. METODOLOGIA

O estudo utiliza-se do método qualitativo dedutivo via utilização das técnicas de pesquisa documental de discursos presidenciais no que se refere à UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano, relatórios dos organismos, sobremaneira do Conselho de Defesa Sul-Americano, e revisão bibliográfica de livros, teses, artigos. Apoiar-se num marco teórico-analítico em que define a cooperação regional, bem como a defesa e a segurança sob o prisma construtivista das Relações Internacionais. Na primeira seção, apresenta-se um histórico dos processos de integração regional sul-americano e o posicionamento do Estado chileno; na segunda, analisa-se as diretrizes da política externa chilena no governo de Bachellet (2006-2010), no que diz respeito à cooperação regional nos termos da UNASUL e na conformação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Por fim, analisa-se o governo de Sebastian Piñera (2010-2014), verificando-se a participação do país nas atividades realizadas pelo Conselho, na terceira seção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o que se viu da participação do Chile nos processos de cooperação interestatal sul-americanos foi uma evolução, quando no início da década de 1990, o país possuía muitas reservas quanto à projetos de cooperação na região — usando exemplos pouco efetivos da ALALC e da ALADI. Nesse sentido, Fermandois (2005) afirma que o país foi frequentemente convidado a integrar o MERCOSUL desde o momento de sua criação, principalmente pela Argentina, mas a sua adesão como membro associado, em 1996, foi arduamente discutida. Em primeiro lugar, o modelo

liberal chileno adotado desde o governo do general Augusto Pinochet (1973-1990) possui grande aceitação da população. Uma associação plena, considerando os dispositivos comuns do MERCOSUL, como a Tarifa Externa Comum, induziria o país a adequar suas políticas econômicas, o que, para o contexto chileno, poderia ser taxado de retrocesso. Por fim e em menor medida, o autor revela que há no Chile uma certa prudência quanto ao Brasil. A condição de liderança, mesmo que tímida como foi a da década de 1990, é pertinente ao Brasil devido seus números apresentados nos últimos anos, além das suas potencialidades em razão de seu território, fontes de recursos e população, mas se pondera a natureza daquela, se se pretende cooperativa ou imperialista, semelhante à praticada pelos estadunidenses. Em contrapartida, o autor revela que havia aqueles que defendiam a adesão chilena. Argumentam que o bom momento dos membros maiores colaboraria para o crescimento chileno, principalmente na temporalidade de sua adesão, em 1996. Em 1996 inaugura-se uma segunda fase da evolução chilena, marcada pela adesão como membro associado. Essa se verifica com o MERCOSUL, como dito, em 1996, e à Comunidade Andina de Nações, em 2006. Em 2008, com a formação da UNASUL, é inaugurada a terceira fase da evolução, dessa vez como membro-pleno. A UNASUL, que teve grande participação da presidente chilena Michele Bachellet (2006-2010). Acerca da UNASUL, como é vista na segunda seção do trabalho, é importante frisar que as condições regionais políticas sul-americanas foram propícias para a sua formação, visto que havia um considerável número de presidentes identificados, em menor ou maior grau, com a esquerda do espectro político, o que permite uma primeira convergência no plano ideológico, propiciando o desenvolvimento de políticas comuns. Nesse momento, Michele Bachellet foi uma grande entusiasta do projeto UNASUL, tendo o projeto sempre presente em seus discursos como um propulsor regional. No concernente ao Conselho de Defesa Sul-Americano, pouco pode ser observado na presidência de Michele, devido ao término do seu mandato enquanto a UNASUL ainda organizava-se internamente, apesar de, no plano do discurso, a presidenta mostrava-se tão entusiasta quanto ao organismo, sempre presente nas discussões de organização do órgão, adequou o seu Livro Branco de Defesa ao padrão exigido pelo órgão.

Por sua vez, no governo de Sebastián Piñera (2010-2014), criou-se uma considerável preocupação entre setores progressistas da sociedade chilena, uma vez que este identifica-se com o espectro político da direita, se ele seguiria a agenda concernente à UNASUL e ao CDS de sua antecessora. Entretanto, Piñera seguiu a agenda de Michele e a avançou, propondo, no CDS em 2010, o início de debate sobre a arquitetura de segurança da UNASUL, com base em dois Grupos de Trabalho (GT): participação da sociedade civil e acadêmicos para a elaboração de um projeto de Declaração sobre Segurança da UNASUL; e outro intergovernamental que negociaria a constituição progressiva de uma Força Combinada Sul-Americana, que permitisse a UNASUL a assumir solidariamente, obrigações de cooperação com o mecanismo de segurança coletivo estabelecido na Carta da ONU (FLORÊNCIO, 2016).

4. CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que esta pesquisa é guiada pela hipótese de que o governo de Michelle Bachelet foi um dos mais entusiastas da criação do projeto da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano, uma vez que a

criação do livro branco de defesa nacional chileno em 2008, bem como a participação nos exercícios e atividades realizadas pelo Conselho, são demonstrações de cooperação do país com o Conselho de Defesa Sul-Americano. No que se diz respeito ao governo de Sebastián Piñera, o artigo parte da premissa de que o presidente seguiu a agenda deixada por sua antecessora, principalmente nos temas de defesa, notadamente no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Em segundo lugar, é importante frisar que a pesquisa segue em curso e está no desenvolvimento da sua terceira seção. Contudo o que se verifica é que a hipótese se confirma no que se refere à presidência de Bachellet e que essa atuação presente foi confirmada no âmbito do discurso e também no da prática. Entretanto, apesar dos esforços de Sebastian Piñera e de sua proposta como apresentada anteriormente, o prognóstico é que o CDS não se desenvolveu como se esperava na hipótese, tanto por um dissenso no setor de segurança e defesa dos Estados-membros da UNASUL, quanto por um recuo no tom do discurso do presidente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emmanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. São Paulo: Lua Nova, 1999.

BUZAN, Barry e WAEVER, Ole. ***Regions and Powers: the Structure of International Security***. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 564 p.

CASTIGLIONI, Rossana. **Chile y el giro electoral: “la verguenza de haber sido y el dolor de ya no ser”**. Revista de Ciencia Política. Vol. 30. Nº2. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2010000200004&script=sci_arttext> Acesso em: 02 de maio de 2016.

FERMANDOIS, Joaquín. **Mundo y fin de mundo. Chile en la política mundial. 1900-2004**, Ediciones Universidad Católica de Chile, Santiago, 2005.

FLORÊNCIO, Ana Raphaela de Melo. **Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): o desafio da defesa através da cooperação**. Repositório ASCES. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/209>> Acesso em: 25 de agosto de 2016.

PECEQUILO, Cristina S; CARMO, Corival A. **O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2015. 292p.

QUIROGA, Maurício M. **La primera mujer presidenta de Chile ¿Qué explicó el triunfo de Michelle Bachelet en las elecciones de 2005–2006?** Latin American Research Review. Vol 43. nº 1. 2008. Disponível em <<http://muse.jhu.edu/article/232381>> Acesso em: 02 de maio de 2016.